PROCURADOR APESP

PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | NOV/DEZ 2013 | EDIÇÃO 64



EFEMÉRIDE

Seminário celebrou 25 anos da Constituição Cidadã página 3

INSTITUIÇÃO

Mobilização fortalecida: procuradores engrossam o coro pelo NÃO ao PLC 25! página 4

DIREITOS HUMANOS

Ex-presidente da Apesp passa a integrar Comissão da Verdade da OAB Federal página 10

MANDELA

A notícia da morte de Nelson Mandela chegou quando já terminava meu prazo para escrever este editorial do Jornal da APESP.

Não poderia, diante da notícia, deixar de modestamente prestar nossas homenagens a essa figura humana extraordinária, que subverteu o curso da história de seu país e do mundo, abolindo o abominável apartheid sulafricano, que classificava as pessoas e seus direitos pela cor de sua pele.

Mandela pode ter morrido fisicamente, mas não morrerá jamais como exemplo de ser humano íntegro, guerreiro, determinado na defesa de suas convicções e vencedor, inequivocamente vencedor.

Nelson Mandela é um exemplo para a humanidade. Preso por quase três décadas, recusou ofertas para ser solto apresentadas pelo regime. A essas ofertas de liberdade que vinham sempre acompanhadas da condição de que Mandela renunciasse à luta armada contra o apartheid, Mandela respondia afirmando que ainda não era hora para a deposição de armas e incentivando seu povo a seguir a luta.

Essa perseverança sacrificada, mas sem desvios, sem fraquejamento foi, indubitavelmente, fundamental para a construção de um ambiente que paulatinamente inviabilizou a sobrevivência do apartheid perante a nação sulafricana e perante o mundo.

Como li outro dia, Mandela era um fora-da-lei quando a lei estava fora da ordem.

Já solto, Nelson Mandela soube ainda mostrar que era não apenas o grande líder da luta, mas que reunia predicados, sabedoria, maturidade para liderar a construção de um país diferente, de um país de iguais, de um país onde ser preto ou ser branco não significa nada mais do que ser gente e, por isso, merecer todos os direitos e garantias próprias de quem é gente.

Valeu Madiba!! Você realmente nos faz querer ser pessoas melhores.

E em todos os lugares, em todos os ambientes, em todas as famílias há motivos e momentos para a luta, seguido de motivos e momentos para o entendimento.

Há também circunstâncias onde as lutas e negociações se conjugam, num exercício intrincado de tentativas de construção de algo que podemos chamar de paz, representada por uma convivência que agrada, ou que pelo menos não desagrada, as partes envolvidas.

Na APESP, por conta de todas as carências da PGE para o exercício pleno do nosso trabalho de advocacia pública e também por todo o arcabouço e as circunstâncias que envolveram a remessa à ALESP do PLC 25, temos vivenciado momentos os mais variados: de luta, de negociação, de tentativa de negociação, de luta novamente.

Agora, quando finalizo quatro anos de gestão à frente da APESP, quero dizer que foram quatro anos muito intensos de trabalho que ensinaram demais a mim e a todos os companheiros de diretoria. Uma experiência de vida fascinante e por demais enriquecedora.

Foram quatro anos ainda em que a APESP se engajou na luta nacional pela autonomia da Advocacia Pública, em sintonia fina com a ANAPE e outras entidades da advocacia pública nacional, buscou mostrar nosso trabalho com divulgações em rádios e com o Programa Argumento na TV Justiça, aproximou-se da OAB, do IASP, das representações das carreiras jurídicas e não-jurídicas de nosso Estado e iniciou trabalho de interlocução com a sociedade civil, passando a integrar a Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS).

Colegas, foi um honra, uma honra inenarrável representar os Procuradores do Estado de São Paulo na qualidade de presidente da Associação. Agradeço, de coração, a confiança que todos depositaram no nosso trabalho. E esse é também o sentimento de cada um dos diretores da APESP.

Agora é hora de passar o bastão. O companheiro Caio Guzzardi será doravante o grande timoneiro. A ele nossos votos de felicidades e sucesso. E a todos a certeza de que nesse revezamento o bastão muda de mãos, mas a chama acesa, assim como a chama que embalou Mandela, é sempre a mesma. No nosso caso, a chama está no trabalho incessante por uma advocacia pública cidadã, atuante e forte.

Márcia M. Barreta Fernandes Semer é presidente da Apesp



DIRETORIA GESTÃO 2012/2013

PRESIDENTE

Márcia M. Barreta Fernandes Semer

VICE-PRESIDENTE

Tânia Henriqueta Lotto

SECRETÁRIA-GERAL

Shirley Sanchez Tomé

DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Cabral Granado

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Marcia Junqueira Sallowicz Zanotti

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Anna Candida Alves Pinto Serrano

DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ESPORTES Fábio Imbernom Nascimento

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Rafael Camargo Trida

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Sebastião Vilela Staut Jr.

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

Caio Cesar Guzzardi da Silva

CONSELHO ASSESSOR

Adriana Moresco José do Carmo Mendes Junior Márcio Henrique Mendes da Silva Maria Christina Tibiriçá Bahbouth Maria Clara Gozzoli Rogério Pereira da Silva

CONSELHO FISCAL

João Cesar Barbieri Bedran de Castro Marcelo de Carvalho Vinicius Lima de Castro

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis (jornalista responsável – MTB 30.748) C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo Apesp, Ricardo Lucas e J. Ohanes

REVISÃO

Francisca Evrard

ILUSTRAÇÃO DE CAPA Fernando Mena

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

www.fontedesign.com.br

TIRAGEM

2.300 exemplares

Acesse a versão *on-line* do Jornal do PROCURADOR no site <www.apesp.org.br> Publicação periódica distribuída gratuitamente pela Apesp.

Seminário celebrou 25 anos da Constituição Cidadã

Em 07/11, no auditório da OAB SP, foi realizado o seminário "25 Anos da Constituição Cidadã", em parceria com as seguintes entidades representativas da advocacia: OAB SP, Apesp, AASP, IASP, AATSP, APMSP e Abracrim. O evento teve a participação, como palestrantes, dos procuradores do Estado Marcelo Bonício, Flávia Piovesan e José Afonso da Silva – que teve atuação fundamental na elaboração da Constituição Federal brasileira de 1988. Antes do início das palestras, foi prestada homenagem aos advogados constituintes de São Paulo e aos advogados paulistas que colaboraram com os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Foram homenageados também os procuradores do Estado José Afonso da Silva e Jorge Eluf Neto.

Sob a coordenação da presidente da Apesp Márcia Semer, a primeira mesa teve como tema "Constituição Cidadã – Avanços Institucionais", com exposição de José Afonso da Silva e debatedores Ricardo Dagre Schmidt, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP) e Figueiredo Mourão, presidente da APMSP. Em magistral apresentação, o professor José Afonso traçou um histórico da Assembleia Constituinte e ressaltou o papel fundamental do governador Mário Covas (então senador da República constituinte) no processo. A íntegra da palestra, basta acessar o site www.apesp.org. br. Abaixo, publicamos alguns excertos:

"(...) Mário Covas era exímio enxadrista. Adquiriu, assim, a habilidade e a paciência para o jogo, que aplicava no tabuleiro da política. Assim e com a força de sua extraordinária votação, ele assumiu o Senado, como senador constituinte, a 1º de fevereiro de 1987, mas até dia 6 ficou em silêncio; certamente estava examinando o âmbito espacial do jogo e suas peças. Ele não era homem da planície, não se contentava em ser simples comandado. Naquele silêncio deveria estar preparando suas jogadas no tabuleiro da política constituinte. Não havia muita escolha. A chefia da Constituinte já estava preenchida por Ulysses Guimarães. A presidência do Senado não lhe interessava por ser posto estático. Queria algo dinâmico, o que apontava para a liderança do PMDB, partido amplamente majoritário na Constituinte."

"(...) É alentador reconhecer, e é justo proclamar, que a Constituição tem propiciado enorme desenvolvimento da cidadania. Essa consciência cidadã, conforme já escrevi em outra oportunidade, é a melhor garantia de que os direitos humanos passaram a ter consideração popular, a fazer parte do cotidiano das pessoas, o que é o melhor instrumento de sua eficácia, com repulsa consequente do arbítrio e do autoritarismo. Nenhuma Constituição anterior teve consideração popular como a atual. Nenhuma foi tão estudada e difundida, graças especialmente aos jovens constitucionalistas que vêm se formando sob a sua égide, fazendo-a conhecida nas Escolas de Direito das capitais e do interior. É a primeira vez que o Direito Constitucional é efetivamente

o ápice e fundamento efetivo do ordenamento jurídico nacional, porque, instituindo o Estado Democrático de Direito, impõe nova concepção da lei de que aquele se nutre (...)."

"(...) Não se quer dizer que a Constituição de 1988 resolveu todos os problemas do povo, faz milagres. Longe disto. Pensar assim seria cair no mesmo idealismo que tem deformado a execução de nossas Constituições. Quer-se apenas dizer que ela traz os pressupostos de realização de um constitucionalismo moderno, que ela tem a vocação de realizar os direitos fundamentais do homem, que é o que justifica a existência de qualquer Constituição, porque ela foi feita com características de instrumento de transformação da realidade nacional. Será assim na medida em que se cumpra e se realize na vida prática. Uma Constituição que não se efetiva não passa de uma folha de papel tal como dissera Lassalle, porque nada terá a ver com a vida subjacente. As leis que ela postula serão as garras e as esponjas que a fazem grudar na realidade que ela visa reger, ao mesmo tempo que se impregna dos valores enriquecedores que sobem do viver social às suas normas. Que se cumpra para durar e perdurar, enriquecendo-se da seiva humana que nutre e imortaliza."

Por infeliz coincidência, na manhã de 07/11, foi publicado no DOE mensagem do governador Geraldo Alckmin solicitando regime de urgência para o PLC 25. Logo após a exposição do professor José Afonso, a presidente da Apesp lamentou a atitude do governador. A propósito da palestra, comentou que havia iniciado seu dia dizendo que o ex-governador Mário Covas devia estar entristecido com a decisão de Alckmin de pedir regime de urgência num projeto tão contestado. Lembrou que o governador Covas foi um grande democrata não apenas no discurso, mas nas atitudes, como, aliás, bem reproduziu o professor José Afonso:

"Acho que hoje, mais do que nunca todos reivindicamos a condição de democráticos, mais isso não se escreve com um episódio, escreve-se com uma história de vida, com uma conduta, com uma sucessão de eventos que, particularmente, oferecemos, cada um de nós, que somos homens públicos, a julgamento popular." (Mário Covas).

A presidente prosseguiu expondo que o processo de tramitação do projeto de Lei Orgânica da PGE não tem se apresentado como uma sucessão de eventos que, submetido a julgamento popular, possa ser considerado verdadeiramente democrático. E lamentou a situação vivenciada pelos procuradores paulistas.

A segunda mesa, presidida por José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, presidente do IASP, teve como tema "O Processo na Perspectiva da Constituição de 1988", com palestra de José Rogério Cruz e Tucci, presidente da Comissão de Direito Processual Civil da OAB SP, e como debatedores o advogado e professor-doutor da USP Paulo Henrique dos Santos Lucon; o professor Marcelo Bonício, procurador do Estado de São Paulo; e o conselheiro seccional Clito Fornaciari Júnior.

Posteriormente, a mesa presidida por Sérgio Rosenthal teve como tema "A Constituição de 1988 e a Concretização dos Direitos Fundamentais e Sociais". Os palestrantes foram o jurista Dalmo de Abreu Dallari e o professor Marcelo Figueiredo, presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB SP, tendo como debatedores a procuradora do Estado de São Paulo Flávia Piovesan e o conselheiro seccional Estevão Mallet.

O encerramento do seminário foi com o professor Ives Gandra Martins, que discorreu sobre "O Federalismo Brasileiro e Teorias Federalistas". Logo após o seminário, a Apesp, em conjunto com a OAB/SP, ofereceu um coquetel para todos os presentes. A Apesp agradece aos colegas José Afonso da Silva, Marcelo Bonício, Flávia Piovesan e Jorge Eluf a participação destacada no evento, registrando que o brilho desses profissionais é motivo de enorme orgulho para todos nós procuradores do Estado de São Paulo.



Mobilização fortalecida: procuradores engrossam o coro pelo NÃO ao PLC 25!

Presença constante nos corredores da Assembleia, grupos de procuradores sensibiliza deputados estaduais e conseguem obstaculizar tramitação da nova LOPGE



Nas últimas semanas, centenas de procuradores compareceram semanalmente à Alesp para manifestar o NÃO à aprovação do PLC 25. A mobilização foi fundamental para manter a proposta por quase três meses em discussão no âmbito da primeira comissão de tramitação de um PLC na Alesp. Após a publicação do relatório do deputado Cauê Macris (PSDB), o PLC 25 teve pedido de vistas conjunta dos deputados Antonio Mentor (PT), Antonio Salim Curiati (PP), Fernando Capez (PSDB) e José Bittencourt (PSD). Posteriormente, foi realizada uma marcante audiência pública, na qual mais de 300 colegas lotaram o Auditório Paulo Kobayashi da Alesp para repudiar o PLC (leia mais no Jornal do Procurador n. 64). A forte resposta da categoria fez com que os deputados da CCJR retirassem da proposta de pauta por duas sessões, firmando o compromisso com o presidente da Alesp Samuel Moreira para que ele não solicitasse o relator especial e que uma nova audiência pública fosse promovida – com convite formulado ao procurador geral Elival da Silva Ramos. Infelizmente, a audiência pública foi cancelada um dia antes de sua realização, frustrando procuradores de todo o Estado de São Paulo, que já se organizavam para levar ao evento mais de 600 colegas (a expectativa era dobrar o número de participantes da primeira audiência pública). Por sua vez, o dr. Elival optou por participar de uma reunião secreta com os deputados membros da CCJR. Em outubro, mais um pedido de vista do PLC foi feito pelo deputado Afonso Lobato (PV). "Novamente a mobilização dos procuradores, que lotaram o auditório da Comissão, foi fundamental para que a proposta não fosse votada", destaca Márcia Semer, presidente da Apesp.

Presidente da Alesp designa relator especial para o PLC 25 na CCJR



Procuradores conversam com a presidente da CCJ Maria Lúcia Amary

Mesmo antes do pedido de urgência, publicado em 07/11, o presidente da Alesp Samuel Moreira, rompendo o compromisso assumido com os procuradores do Estado de São Paulo na porta do Colégio de Líderes em 16/10, designou como relator especial do PLC 25 o deputado Carlos Cezar (PSB). O ato repercutiu diretamente na reunião ordinária da CCJR de 30/10, que contou novamente com uma plateia repleta de procuradores. O deputado Fernando Capez (PSDB) considerou a nomeação do relator especial - e a consequente quebra do acordo - como uma afronta às competências da CCJR. A sua manifestação foi acompanhada pelos deputados Geraldo Cruz (PT), Antonio Mentor (PT), José Bittencourt (PSD) e Marco Aurélio (PT). Os referidos deputados se retiraram da sessão, dirigindo-se à sala da Presidência da Casa para cobrar a retirada da designação do relator especial. Com a saída dos deputados, a sessão da CCJR "caiu", gerando a obstrução da pauta da Comissão. No final do dia, o deputado Capez fez um discurso na tribuna do plenário, reafirmando o seu posicionamento já externado durante a sessão da CCJR e sustentando que o ato da presidência ofende disposição regimental. Na oportunidade, a sessão estava sendo presidida pelo presidente Samuel Moreira. Em 12/11, o deputado Carlos Cezar (PSB) emitiu parecer pela aprovação do PLC 25, mantendo o teor danoso da proposta e acolhendo apenas emendas inexpressivas. "Foi um desrespeito com toda a carreira um projeto dessa magnitude ser deliberado por meio de relatoria especial".

GOVERNADOR SOLICITA REGIME DE URGÊNCIA

Mais uma vez um acordo foi quebrado. Contrariando o que foi manifestado em sessão pública do Conselho da PGE pelo procurador geral Elival da Silva Ramos, o governador pediu em 07/11 regime de urgência para o PLC 25. Para a presidente Márcia Semer, a iniciativa foi antidemocrática e com o objetivo de atropelar o processo legislativo. Depois do pedido de urgência, o PLC 25 (que já estava com relatoria especial do deputado Carlos Cezar na CCJR leia textos abaixo) passou de forma muito célere pelas Comissões de "Administração Pública e Relações do Trabalho (CAPRT)" e "Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP)". Sob relatoria especial dos deputados Ramalho da Construção (PSDB), na CAPRT, e Cauê Macris (PSDB), na CFOP, o PLC 25 obteve pareceres favoráveis, com o acolhimento de emendas perfunctórias.

APESP E SINDIPROESP OFICIAM PRESIDENTE DA ALESP CONTRA A RELATORIA ESPECIAL

A Apesp e o Sindiproesp oficiaram ao presidente da Alesp Samuel Moreira solicitando a manutenção da tramitação regular do PLC 25 no âmbito da CCJR e a revisão da decisão de designar um relator especial. Conheça a íntegra do ofício:

A Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo – Apesp – e o Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo – Sindiproesp – entidades representativas dos profissionais responsáveis pela Advocacia Pública do Estado de São Paulo, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, a propósito do PLC 25/2013, apelar para a sua sensibilidade e conhecido espírito público para que reveja a designação de relator especial na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, decidida no último dia 30/10/2013.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência o referido projeto de lei complementar trata da organização da Procuradoria Geral do Estado e sua gestação interna no âmbito da própria instituição foi bastante conturbada e reiteradamente acoimada de antidemocrática.

Diversas instâncias da carreira de procurador do Estado, tanto associativas quanto institucionais, condenaram a proposição legislativa, notadamente pela falta de diálogo e espaços democráticos de discussão que envolveram a referida tramitação no âmbito da Administração.

Tanto assim que assembleia de classe, abaixo-assinado, deliberações do Conselho Superior e a própria audiência pública realizada pela CCJR dessa augusta Casa constituem-se em manifestações eloquentes de descontentamento com o processo de elaboração do projeto que resultou no PLC 25/2013. A tradição democrática da Assembleia Legislativa paulista, até os dias de hoje, foi decisiva para o engrandecimento da Procuradoria Geral do Estado. Tanto assim que, enquanto a Advocacia Pública só ganhou *status* constitucional na Carta de 1988, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo já o possuía desde 1967.

Nesse diapasão, contando com seu alto espírito público e democrático, bem como para com o sabido apreço que guarda para com os procuradores do Estado, concitamos Vossa Excelência a garantir a regular tramitação do PLC 25/2013 e permitir que a nobre Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp exerça na integralidade as atribuições que o Regimento Interno dessa Casa de leis lhe assegura, em prestígio aos senhores deputados estaduais que a integram e a todos os procuradores do Estado que confiam firmemente no elevado espírito democrático que norteia a vida cotidiana da Assembleia Legislativa de São Paulo.

São Paulo, 31 de outubro de 2013.

MÁRCIA MARIA BARRETA FERNANDES SEMER Presidente da Apesp

NEWTON JORGE Presidente do Sindiproesp

Últimas repercussões na mídia sobre o PLC 25



Presidente Márcia Semer é a entrevistada do deputado Carlos Giannazi (PSOL) no Alesp convida

- A presidente da Apesp Márcia Semer concedeu ontem à noite (9/10) uma entrevista ao vivo para o jornalista Heródoto Barbeiro no Jornal da Record News. Em pauta: a atuação dos procuradores do Estado de São Paulo e os malefícios que serão gerados para a sociedade paulista com a aprovação do PLC 25/2013. Assista no site www.apesp.org.br.
- O blog do jornalista Frederico Vasconcelos (Blog do Fred) publicou em 15/10 artigo da presidente da Apesp Márcia Semer sobre o PLC 25/2013,

- sob o título "Um Estado Pra Chamar de Seu O que Está por Trás do PLC 25".
- No início de outubro, a presidente da Apesp Márcia Semer esteve na sede da TV Assembleia para conceder uma entrevista ao programa Alesp convida por convite do deputado Carlos Giannazi (PSOL). O tema principal foi os danos que a aprovação do PLC 25 causará à sociedade paulista e ao interesse público. Ademais, relatou a tramitação antidemocrática que a proposta teve no âmbito da PGE SP. Foi a oportunidade também para detalhar as atribuições e a atuação dos procuradores do Estado de São Paulo.
- A edição de Carta Capital de 30/10/2013 (edição nº 772) aborda a polêmica acerca do PLC 25/2013 (LOPGE) em tramitação na Alesp. O jornalista Miguel Martins entrevistou a presidente da Apesp Márcia Semer e o procurador geral Elival da Silva Ramos sobre a questão.
- Blod do Fausto Macedo, de 28/10: Detran pede à PGE afastamento de procuradora que não é "parceira" – Episódio revolta categoria em meio à polêmica do novo projeto de lei orgânica da procuradoria geral do Estado. Por Ricardo Chapola.
- Folha de S. Paulo, de 7/11/2013: Justiça obriga Alckmin a refazer ação contra cartel.
- Blog do Fred, de 8/11/2013: Alckmin pede urgência para projeto da PGE.
- Folha de S. Paulo, de 8/11/2013: Alckmin pede mudança em ação anticonluio.
- Rede Brasil Atual, de 10/11/2013: Caso Siemens causa constrangimento a procuradores de São Paulo.
- Brasil 247, de 9/11/2013: "Ação de Alckmin foi política", diz procuradora.
- Rede Brasil Atual, de 12/11/2013: Ato na Assembleia de SP protesta contra projeto que esvazia atuação de procuradores.
- Última Instância, de 11/11/2013: Caso Siemens causa constrangimento a procuradores.
- Conjur, de 12/11/2013: Alckmin pede urgência para Lei Orgânica da Procuradoria.

TRAMITAÇÃO PLC 25 O PLC 25 recebeu em 11/12 duas emendas de plenário, retornando assim para o âmbito das comissões. * informações atualizadas até o fechamento desta edição.

Na festa de fim de ano da Apesp, Gilberto Gil encanta a plateia!



A festa de fim de ano da Apesp foi memorável. Os associados se encantaram com o talento do mestre Gilberto Gil! A banda "Os Procurados", formada por procuradores do Estado de São Paulo, também animou a plateia.



Com muita animação e alegria, mais de 700 associados, familiares e amigos lotaram o *buffet* Vila dos Ipês para celebrar na festa de fim de ano da Apesp, realizada em 7/12. Após o jantar, a presidente Márcia Semer saudou os colegas presentes: "quero render uma homenagem aos procuradores de São Paulo. Foi uma honra trabalhar por vocês nos últimos quatro anos". Na singela cerimônia, os atuais diretores da Apesp foram nominados e os presentes chamados ao palco. Ademais, os integrantes da próxima diretoria (biênio 2013/2014) foram anunciados.

O mestre da MPB Gilberto Gil encantou a plateia e a cativou com sua simpatia e energia. Apresentando sucessos como "Realce", "A Paz", "Palco", "A Novidade" e "Esperando na Janela", Gil proporcionou uma viagem por um riquíssimo caldeirão de ritmos: reggae, forró, MPB e pop rock.



A interação foi total e os procuradores retribuíram cantando e dançando. Foi, sem dúvida, um show inesquecível e memorável.



Banda "Os Procurados" esquentou a noite!

Logo após o show de Gilberto Gil, a banda "Os Procurados" não deixou a animação diminuir, esquentando a noite com uma animada apresentação de sucessos do pop/rock nacional. Formada pelos procuradores Danilo Barth Pires, Derly Barreto e Silva Filho, Fábio Trabold Gastaldo, Julia Cara Giovannetti, Marcelo de Carvalho e René Zamlutti Júnior, a banda certamente já tem o seu fã-clube formado.

GALERIA DE IMAGENS













Animação dos procuradores levou a festa até às 4h00



A pista de dança ficou lotada até de madrugada. Muita gente na pista ao som do DJ! Depois da balada, todos ainda puderam degustar um gostoso café.



A festa foi também prestigiada por autoridades, dentre as quais o desembargador Renato Nalini (presidente eleito do TJ SP); o deputado federal por São Paulo Arnaldo Faria de Sá; o deputado estadual Carlos Giannazi; o presidente da Anape (foto acima) Marcello Terto e Silva; vice-presidente da Anape Telmo Lemos Filho.

Acesse no site www.apesp.org.br e no facebook da Apesp um álbum completo de imagens!

Congresso Nacional em Porto de Galinhas foi um sucesso

O Congresso Nacional de Procuradores do Estado de 2013 foi realizado em Porto de Galinhas (PE), entre os dias 15 e 18 de outubro. Com mais de 80 teses inscritas e admitidas, o Congresso contou com 11 teses apresentadas pelos procuradores do Estado de São Paulo. Dessas 11 teses, 10 foram aprovadas, sendo uma com louvor. A tese paulista aprovada com louvor foi exatamente a que cuida da apreciação jurídica das principais ilegalidades/inconstitucionalidades do PLC 25, apresentada pelo conselheiro Derly Barreto e Silva. Não tivemos tese reprovada. Apenas uma delas não foi apreciada em razão da ausência da colega tesista Mirna Cianci ao Congresso. Todos os nossos tesistas estão de parabéns e fica desde já o desafio para que São Paulo pelo menos dobre o número de tesistas para o 40° Congresso, que ocorrerá em 2014, na Paraíba. Veja abaixo a relação de teses, que podem ser acessadas na íntegra no site www.apesp.org.br (banners situados no lado direito da *homepage*):

- Alexandre Aboud "Métodos alternativos de solução de litígios tributários".
- Ana Carolina Izidório Davies "Limites constitucionais do direito à saúde: reserva do possível X mínimo existencial".
- Andre Brawerman "Advocacia por procurador do Estado, nos termos do estatuto da OAB".
- Camila Rocha Schwenck "Discricionariedade administrativa na Constituição Federal de 1988, conceitos jurídicos indeterminados e o controle pelo Poder Judiciário".
- Derly Barreto e Silva Filho "O Projeto de Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PLC nº 25, de 2013) e a politização da Advocacia Pública".
- Guilherme Graciliano Araújo Lima "O acesso a cargos públicos e a recente divergência jurisprudencial entre STF e STJ na questão da possibilidade de remarcação de etapa de concurso público em benefício de candidato do certame".
- Marisa Midori Ishii "Dispensa por emergência/calamidade pública: novos rumos".
- Mirna Cianci "Tutela antecipada no Projeto do Código de Processo Civil: acertos e desacertos".
- Nilton Carlos de Almeida Coutinho "Da aplicabilidade da prescrição trienal nas ações de reparação civil em face da Fazenda Pública".
- Suzana Soo Sun Lee "A Súmula Vinculante nº 13 e a nomeação dos agentes políticos: reflexões à luz do princípio da moralidade".
- Vanderlei Ferreira de Lima "Provas ilícitas por derivação: sua utilização em processo administrativo constitui grave violação aos direitos fundamentais e ao Estado Democrático de Direito".

Reunião do Conselho Deliberativo da Anape

Dentre os inúmeros temas tratados na reunião do Conselho, merecem destaque:

- 1. Aprovação da candidatura de Brasília para sediar o Congresso de 2015.
- 2. Tramitação da PEC 82 e convocação de todos os presidentes para a instalação da comissão especial que terá lugar dia 23 de outubro, no Congresso Nacional.
- Tramitação do CPC e o acompanhamento da Anape e de todos os presidentes das entidades estaduais quanto ao tema.
- 4. Seguimento dos trabalhos do Movimento Nacional da Advocacia Pública.
- 5. Ações da Anape na defesa das prerrogativas da classe (os casos da Paraíba, Mato Grosso, Goiás e São Paulo, dentre outros).
- 6. Aprovação do novo estatuto da Anape.

Plenária do Congresso

A Plenária do Congresso é a instância máxima de deliberação da Anape. Assim coube à Plenária:

- 1. Aprovar o novo estatuto da Anape.
- 2. Deliberar que Brasília será a sede do Congresso em 2015.
- Aprovar as teses apreciadas nas reuniões setoriais. Neste ano nenhuma tese foi rejeitada na reunião plenária.
- Aprovar o encaminhamento de nota de solidariedade e repúdio para as situações vivenciadas pelos procuradores da Paraíba, Goiás e São Paulo.

No nosso caso, a nota repudia o PLC 25/2013, tanto pela tramitação antidemocrática que o precedeu, quanto pelo aviltamento profissional a que submete a classe. Alerta a nota para o perigo da proposição que, ao fragilizar a condição do procurador do Estado, comprometerá de forma indelével a eficiência do serviço e abrirá as portas para o descontrole endêmico da corrupção.

Como em todos os anos da atual gestão da PGE SP, a instituição não tomou parte em nenhuma das reuniões setoriais (Colégio de Procuradores Gerais, Corregedores Gerais, Subprocuradores Gerais e Chefes de Centro de Estudos). Essas reuniões ocorreram normalmente, sendo a ausência de São Paulo objeto dos comentários de desagrado e perplexidade de sempre. Merece registro a cerimônia de encerramento do Congresso, que contou com palestra do ministro Luís Roberto Barroso e pronunciamento do governador Eduardo Campos. Falando sobre os 25 anos da Constituição de 88, ambos os oradores ressaltaram os avanços democráticos que a Carta propiciou e que ainda tem fôlego para propiciar. Barroso exaltou a relevância que o Poder Judiciário adquiriu no cenário político no período, atribuindo boa parte dessa relevância à inoperância da classe política brasileira. Já o governador, sem propriamente contrariar a argumentação do ilustre ministro, exaltou grandes conquistas e avanços da nação que, nesses últimos 25 anos, decorreram da atuação da classe política brasileira. O ponto comum das exposições foi a reverência e o entusiasmo para com a Constituição Cidadã de 1988.

12 novos procuradores tomam posse em novembro



Na reunião do Conselho de 01/11 foi realizada, no auditório da AASP, a solenidade de posse dos 12 novos procuradores do Estado: Priscila Aparecida Ravagnani, Graziella Moliterni Benvenuti, Felipe Sordi Macedo, Giulia Dandara Pinheiro Martins, Carolina Jia Jia Liang, Lair Aroni, Fernanda Paulino, Artur Barbosa da Silveira, Daniele Cristina Morales, Aldo Expedito Pacheco Passos Filho, Gabriela Japiassu Viana e Florence Angel Guimarães Martins. Com essa posse, a lista do último concurso foi finalizada, com a nomeação de 152 novos procuradores. A nova procuradora Graziella Moliterni Benvenuti leu o termo de compromisso e a empossanda Priscila Aparecida Ravagnani fez um discurso em nome de todos os novos colegas:

"Excelentíssimo Senhor procurador geral do Estado de São Paulo, doutor Elival da Silva Ramos,

Excelentíssimo senhor procurador do Estado Corregedor Geral, José Luiz Borges de Queiroz, na pessoa de quem cumprimento os subprocuradores presentes, demais membros do Conselho e colegas procuradores, autoridades, sr. ministro Massami Uyeda, servidores, familiares e amigos.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, pois sem Ele absolutamente nada disso seria possível.

É uma honra imensurável participar da solenidade de posse dos procuradores aprovados no 21º Concurso de Ingresso na Carreira de Procurador do Estado de São Paulo, discursando em nome de meus colegas.

Esta cerimônia representa o término de uma árdua jornada e também o início de uma gloriosa missão.

Muito nos orgulha passar a integrar a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Instituição paulista de escol, cuja eficiência na consultoria, defesa e representação da Fazenda é referência para toda a Advocacia Pública brasileira.

Muitas foram as situações, áleas e acasos que nos trouxeram até aqui. E é certo que cada um traz em seu coração, neste momento, as lembranças do caminho percorrido.

Pessoas diferentes, provenientes de diversos Estados da Federação, com histórias singulares de vida – mas todos unidos por um mesmo ideal: o de nos tornarmos procuradores do Estado. Especificamente, do Estado de São Paulo, terra de povo hospitaleiro, economia pujante e, sobretudo para nós, de intensa cultura jurídica, fatores que certamente influenciaram os colegas radicados em outras regiões do Brasil na decisão de se tornarem os mais novos bandeirantes da Advocacia Pública.

Durante nossa preparação para tão difícil certame, com derrotas e frustrações, dificuldades e privações, renúncias e sacrifícios, por muitas vezes nos pareceu impossível alcançar nossa meta, o êxito, a aprovação. Por meio das batalhas diárias de intensos estudos, compartilhamos alegrias e tristezas, forças e fraquezas. Foram frequentes as noites mal dormidas, por necessidade da rotina trabalho e estudo, mas também pela natural ansiedade de querermos alcançar os resultados com presteza.

Mas não nos cansamos, senhores. Não desistimos e continuamos seguindo em frente. Fomos além. E o dia de hoje é prova de que todos os sonhos são possíveis: basta acreditar e lutar por nossos objetivos.

Nesse sentido, lembro que não perdemos a fé porque sempre houve um porto seguro, a rocha inabalável, a nossa FAMÍLIA. Particularmente, agradeço aos meus pais e ao meu noivo pelo apoio e amor incondicionais. E aos meus amigos, sempre presentes.

Assim, saúdo TODOS os familiares de meus colegas. Aqueles que compartilharam, diuturnamente, de nossas vitórias e derrotas. Que estavam prontos a nos erguer quando tudo parecia desabar. Que bom que os senhores estão orgulhosos de nossa conquista, porque nosso sentimento é o mesmo, simplesmente por estarem em nossas vidas!

Gostaria de agradecer, também, aos responsáveis pela realização desta rigorosa seleção, conduzida com elevado grau de profissionalismo. Vale destacar, aqui, o respeito com que fomos tratados desde a primeira etapa deste certame, principalmente pelo procurador geral, pelo procurador-adjunto, pelo presidente da Comissão Examinadora e por todos os membros do Conselho, um verdadeiro alento na disputa do dificílimo concurso, que contou com aproximadamente 7.600 candidatos inscritos, resultando em apenas 152 aprovações.

Nós somos parte desses 152 agraciados, e hoje passamos a integrar carreira de inestimável importância para o mais rico Estado da Federação, o que nos enche de júbilo.

Integraremos uma Procuradoria que se destaca pela prestação de um serviço de excelência, pela união e valorização de seus membros. Uma carreira que ostenta em seu panteão grandes nomes do direito pátrio e, em suas fileiras, membros combativos que há décadas vêm influenciando na formação da jurisprudência nacional – muitos deles professores de renome, o que só confirma o caminho de maestria trilhado pela Instituição.

Sim, nós sentimos muito orgulho de fazer parte desse quadro, e exerceremos com dignidade e dedicação nossas funções, promovendo um Estado mais eficaz na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Que tenhamos consciência de nossa responsabilidade social. Que saibamos honrar o direito e atuar como protagonistas no aprimoramento da sociedade em que vivemos, e que possamos retribuir a confiança que hoje o Estado deposita em todos nós.

A aprovação no concurso não nos torna magicamente procuradores. São as nossas condutas probas, retas e socialmente éticas que nos tornarão efetivos procuradores do Estado.

Finalmente, nobres colegas, espero que o dia de hoje seja lembrado daqui a muitos anos, quando formos pais, quando formos avós. Espero que este dia seja aquele que, ao olharmos para trás, ficaremos de olhos marejados, lembraremos de nosso esforço, abriremos um sorriso e diremos: SIM, TUDO VALEU MUITO A PENA.

Que Deus conserve em nós a humildade que é necessária a um cargo de tal magnitude e que Ele nos proteja nesta nova caminhada.

Muito obrigada."

Ex-presidente da Apesp passa a integrar Comissão da Verdade da OAB Federal

O ex-presidente da Apesp (biênios 2002/2004 e 2004/2006) José Damião da Lima Trindade foi nomeado para integrar a Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que foi criada pelo presidente Marcus Vinícius Furtado Coêlho, no mês de maio, por meio da Portaria 092/2013. Para orgulho da PGE SP, José Damião junta-se na Comissão ao associado da Apesp e ex-procurador geral do Estado de São Paulo Marcio Sotelo Felippe (conforme noticiado no Jornal do Procurador, edição n. 62). A seguir, publicamos uma entrevista com o ex-presidente da Apesp José Damião de Lima Trindade:

JP) Na véspera de completar 50 anos do golpe e 30 anos da redemocratização, corre-se o risco das novas gerações minimizarem o nefasto impacto da ditadura militar para a sociedade brasileira?

José Damião – Esse risco é real. O golpe militar de 1964 e os 21 anos de ditadura que se seguiram são tratados nos livros didáticos, em regra, com ligeireza e superficialidade. Muitas vezes, nem mencionam que dezenas de milhares de brasileiros foram presos, torturados, brutalizados, quase 500 deles tendo sido mortos, quase sempre sob torturas horríveis, ou que ainda continuam "desaparecidos", sem que suas ossadas tenham sido entregues aos familiares para receberem sepultamento digno. Esses livros, com frequência, também não informam que outras milhares de pessoas foram expulsas sumariamente do serviço público, nem que foram forçadas ao exílio no exterior. Muitas vezes, sequer informam que centenas de parlamentares tiveram seus mandatos cassados, que o Congresso foi fechado diversas vezes, nem que a imprensa, a literatura, a música e o teatro foram silenciados por pesada e obscurantista censura policial. Também a grande mídia raramente se ocupa desses temas - mesmo porque, em boa parte, foi cúmplice do golpe e foi beneficiada financeiramente pelo Estado ditatorial. Por outro lado, os currículos das academias de formação de oficiais militares continuam referindo-se ao golpe e à ditadura como uma "revolução democrática" que teria "salvado" o país do comunismo - uma falsificação dos fatos que nenhum historiador honesto aceita. Por tudo isso, as novas gerações correm o risco de não apreender o que realmente foi aquela inominável violência contra a sociedade, cujos resquícios ainda são observáveis nessa conduta frequentemente arrogante, desrespeitosa e violenta de boa parte dos nossos policiais.

JP) Nesse sentido, qual a importância da Comissão da Verdade da OAB Federal, bem como de outras Comissões similares instaladas em outros locais do Brasil?

José Damião – As Comissões da Verdade - além da Comissão Nacional da Verdade, já há cerca de uma centena de comissões civis, governamentais ou parlamentares em funcionamento no país – têm por missão investigar e esclarecer as graves violações dos Direitos Humanos cometidas sob a ditadura, identificar seus autores fardados e sem farda, inclusive seus cúmplices civis, como empresários, jornais e canais de TV que colaboraram ativamente com a repressão, sem esquecer a cooperação entre as ditaduras do Cone Sul nas práticas de sequestro, torturas, assassinatos e "desaparecimentos" de prisioneiros políticos. Resgatar e tornar público aquele período tenebroso de nossa história é condição indispensável para a consolidação de uma consciência democrática na sociedade, para que se fortaleça uma repulsa social contra novas ameaças de ruptura da ordem institucional democrática.

JP) Em que medida essas Comissões têm conseguido avançar no sentido de resgatar a história desse sombrio período da história brasileira? Quais os principais entraves?

José Damião - Essas Comissões vêm realizando um trabalho árduo e vagaroso, com muitos obstáculos pelo caminho. Até agora praticamente 50 anos após o golpe - os comandantes das Forças Armadas ainda não permitiram acesso aos arquivos militares secretos dos tempos da ditadura. A presidente da República, comandante suprema das Forças Armadas, ainda não emitiu uma ordem peremptória aos seus comandados para que tornem públicos tais arquivos. O próprio Supremo Tribunal Federal, ao julgar em 2010 uma ADPF ajuizada pelo Conselho Federal da OAB, considerou, contra toda a jurisprudência das Cortes Internacionais de Direitos Humanos, que a Lei de Anistia política imposta pelos militares em 1979 conferiu impunidade aos agentes do Estado que cometeram crimes contra os direitos humanos, tais como torturas, estupros, assassinatos, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres de prisioneiros políticos. Ainda falta muito para que triunfe uma consciência política e jurídica integralmente democráticas em nosso país.

JP) Países vizinhos da América do Sul (Chile e Argentina, por exemplo) responsabilizaram criminalmente os seus ditadores. Você acredita que, mesmo com a Lei da Anistia, é possível fato semelhante no Brasil?

José Damião – Essa é uma possibilidade que, aos poucos, vem se fortalecendo. A pressão social nessa direção vem aumentando e a nova composição do STF suscita essa esperança. Caso contrário, o Brasil se colocará como um

Estado à margem da comunidade internacional, enquanto não cumpra as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que reiteradamente têm considerado como inválidas e sem efeitos aquelas "auto anistias" que os ditadores conferiram a si mesmos e a seus agentes criminosos. Graves crimes contra os Direitos Humanos, segundo toda a jurisprudência internacional, são inanistiáveis e imprescritíveis. Até hoje, quase 70 anos após o término da 2ª Guerra Mundial, a Alemanha continua levando às barras dos tribunais criminosos nazistas até nonagenários. Todos os nossos vizinhos da América do Sul que passaram por ditaduras durante o século 20 estão adiantados nesse mesmo caminho.

JP) O caso do coronel Ustra é emblemático, mas será possível ampliar esse entendimento no Judiciário brasileiro?

José Damião – O coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra comandou na década de 1970 o DOI/CODI de São Paulo, o mais violento centro de sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos da ditadura militar. O Ministério Público Federal, valendo-se da jurisprudência do Direito Internacional dos Direitos Humanos, vem ajuizando sucessivas ações criminais contra os acusados de haverem ordenado ou executado aqueles crimes, a começar pelo próprio coronel Ustra. O MPF apoia--se, inclusive, numa brecha jurídica aberta pelo próprio STF que, há alguns anos, autorizou a extradição para a Argentina de um policial que fora responsabilizado por sequestro e desaparecimento forçado durante a ditadura daquele país. O argumento do STF, naquele episódio, foi de que o crime de sequestro/desaparecimento é de natureza jurídica permanente e, portanto, teve prosseguimento inclusive após a vigência da lei de auto anistia política da ditadura argentina. Esse precedente jurídico, aproveitado pelo MPF, poderá levar nosso Poder Judiciário a colocar nosso país em dia com suas obrigações perante a comunidade internacional. Pois só se completará a nossa transição para a democracia quando os crimes da ditadura forem a julgamento, conferindo-se aos acusados o mais amplo direito de defesa – direito que eles negaram às suas vítimas. Isso será semear para o futuro, para a consolidação da democracia no Brasil.

José Damião de Lima Trindade é procurador do Estado aposentado, ex-Presidente da APESP (2002/2004 e 2004/2006), integra o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça (CPMVJ) e é membro do Conselho Consultivo da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo.

DICA CULTURAL

Um ciclo de cultura florescente

Nas atribulações de fim de ano, onde todos, enlouquecidos pela premência das festas de Natal, corremos de um lado para outro, tentando vencer o tempo e cumprir com nossas obrigações finais, trago meu testemunho de quão gratificante foi a minha função, na diretoria social, da APESP neste biênio de 2012/2013. Não só pelo companheirismo dos diretores, em especial daqueles com quem convivo diariamente, Márcia, nossa eterna presidente, Shirley, nossa atuante e ativa secretária geral e Cabral, nosso competente diretor financeiro, grande coração, proporcional ao seu tamanho, mas dos que à distância e com esforço pessoal, desempenham as demais funções cumulando-as com suas atividades nas bancas da Procuradoria Geral do Estado. Este biênio foi pautado por uma luta insana contra o autoritarismo do dirigente de nossa Instituição PGE, insistindo em nos impingir uma lei que não nos interessa, nem nos aprimora. Mesmo assim, prosseguimos com as atividades sociais e culturais, numa tentativa de tornar mais suaves as agruras do trabalho excessivo e massificante. Foi muito bom prosseguir com as visitas monitoradas às exposições e museus da cidade, com os Encontros Estaduais, com os cursos de vinhos, os jantares celebrando a chegada de novos colegas e saudando a aposentadoria daqueles que tanto contribuíram para o engrandecimento da carreira e com a nossa Associação, as tardes musicais, os "happy hours". Nossas festas de final de ano, sempre muito animadas e que tiveram na última, o seu ponto máximo na figura carismática de Gilberto Gil, que nos fez cantar e dançar seus antigos sucessos, e na animada e impressionante apresentação da Banda "Os Procurados", composta pelos colegas Danilo Barth, Derly Barreto, Fábio Traboldi Gastaldo, Julia Cara Giovannetti, Marcelo de Carvalho e René Zanlutti Jr, que abalou as estruturas e animou a festa madrugada afora, tudo registrado pelo nosso querido Cristiano Tsonis – a quem rendo as minhas sinceras e eternas homenagens. Mas como tudo, esta gestão chega ao fim e nesta minha última manifestação deixo os meus sinceros agradecimentos aos nossos funcionários e a todos os que me ajudaram a tocar a diretoria social, trazendo suas contribuições e críticas ao trabalho desenvolvido. Parto agora para minha dica cultural e mais uma vez indico alguns filmes que julgo imperdíveis:

O Mordomo da Casa Branca, direção de Lee Daniels, estrelado pelo grande Forest Whitaker no papel de Cecil Gaines. Inspirado na história real de Eugene Allen(1919-2010), que foi funcionário da residência presidencial dos Estados Unidos por 34 anos, o filme fala do

relacionamento de Gaines com cinco presidentes – de Eisenhour a Clinton – numa retrospectiva histórica dos Estados Unidos, focada na discriminação racial e na luta pelos direitos civis. Com a participação de Oprah Winfrey, apresentadora e atriz, destaque no filme interpretando Gloria, a esposa do mordomo, que impressionou a todos no início de carreira, no clássico A Cor Púrpura, de Steven Spielberg, vivendo uma mulher oprimida, que se entrega ao alcoolismo, como forma de fuga dos problemas da família e das discussões entre esposo e o filho que se torna líder dos Panteras Negras. Sua atuação, segundo os especialistas, em Oscar, a coloca como candidata certa a um prêmio da Academia.

Mais uma vez e sempre, a nova produção de Woody Allen Blue Jasmine, com umaa sensacional trilha sonora, não pode deixar de ser vista e traz a atuação fantástica da sempre impecável Cate Blanchet, mais uma forte candidata ao Oscar.Embora classificado equivocadamente como comédia, que de engraçado não tem nada, mais se aproximando de um drama, o filme conta a história de uma "socialite" de Nova York, falida que se muda para modesta casa da irmã Ginger, em São Francisco, buscando ajuda

Não posso deixar de trazer a este espaço a sempre bem colocada crítica de Neusa Barbosa, especialista em Woody Allen, em seu site Cine Web:

"Jasmine (Cate Blanchett) é a encarnação da crise econômica. Mulher que, por vários anos, levou vida rica e fácil, nas costas do marido especulador, Hal (Alec Baldwin), ela vive a queda em todas as nuances em Blue Jasmine.

O novo filme de Woody Allen oferece à versátil atriz australiana uma personagem em que ela pode exercitar todos os músculos de seu notável talento. Sua Jasmine pode ser fútil, arrogante e até desonesta – por cumplicidade. Mesmo assim, não lhe falta um grama de humanidade. Por isso, rimos com ela, temos pena dela e a detestamos com a mesma intensidade.

Se Blue Iasmine é uma comédia, sem dúvida é de humor negro – e em relação a um tema espinhoso, a grande quebra dos mercados financeiros de 2008. Se há, nas entrelinhas, comentários sociais de sobra, o filme não esquece sua função de divertir, sem deixar de ser impiedoso com os maestros da ciranda financeira.

Hal, o especulador insensível – até com o dinheiro dos cunhados remediados - é, na interpretação irresistível de Alec Baldwin, alguém para tomar cuidado, porque é inegavelmente sedutor. Assim, como não entender que Jasmine fechasse os olhos aos seus negócios duvidosos, quando ele nunca se esquecia de brindá-la com viagens e joias de surpresa?

Mas o reino dourado em que ela vivia acabou. O filme começa justamente com sua mudança para a casa modesta da irmã, Ginger (Sally Hawkins), um pequeno apartamento em San Francisco, que Jasmine terá que dividir também com os dois sobrinhos. Suas malas e o que restou do figurino de grife não escondem o drama maior: a ex-madame arruinada simplesmente vai ter que trabalhar para viver.

É, compreensivelmente, imenso seu choque cultural com esse mundo suburbano à sua volta, do namorado da irmã, Chili (Bobby Canavale), às clientes do consultório do dentista (Michael Stuhlbarg) em que ela foi aceita como recepcionista. O peixe fora d'água parece encontrar uma tábua de salvação numa festa, em que conhece Dwight (Peter Sarsgaard) - rico, bonito, bem--nascido, preparando-se para casar e iniciar uma carreira política. A situação parece ideal para devolver-lhe tudo o que perdeu. Mas Blue Jasmine não é mesmo uma história de fadas.

Num filme com tantas subtemas sérios, Woody Allen demonstra o tarimbado roteirista que é, enfileirando situações cômicas - algumas, no limite do patético – para equilibrar a carga dramática de uma grande derrocada. A inadequação de Jasmine proporciona alguns desses momentos hilariantes, em suas reações fora de lugar aos problemas cotidianos e suas inacreditáveis conversas com os sobrinhos. É uma tapeçaria dramática da melhor qualidade a que Allen entrega aqui."

Não deixem de ver ainda Capitão Phillips, direção de Peter Greengrass, com Tom Hanks, no papel do capitão de um navio que é atacado por pirata somalis, na costa da África.. Baseado numa história real ocorrida em 2009, o filme é eletrizante e tem na atuação de Hanks mais uma grande possibilidade de novo Oscar.

Por fim, está em cartaz no Instituto Tomie Ohtake a exposição: Tomie Ohtake, gesto, razão e geométrica, em comemoração ao centenário desta fantástica artista plástica, em constante produtividade. Trata-se de uma retrospectiva de seus trabalhos, com a curadoria do competente Paulo Herkenhoff.

Marcia J. S. Zanotti é diretora social e cultural da Apesp

CONFRATERNIZAÇÃO

Happy hour na Apesp homenageou Mônica Serrano, nomeada desembargadora do TJ SP

Em 24/10, a Apesp realizou um happy hour em homenagem à procuradora do Estado Mônica Serrano, que foi nomeada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo pelo quinto constitucional da advocacia. Mônica de Almeida Magalhães Serrano formou-se pela PUC-SP e é mestre em Direito pela mesma instituição. Procuradora do Estado de São Paulo, foi professora de Direito Tributário da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.







INFORME PUBLICITÁRIO

Procurador: o que você está esperando para ter acesso ao melhor da medicina pelo menor preço?

Só a parceria da APESP com a Qualicorp proporciona acesso aos melhores planos de saúde, com inúmeras vantagens para você, Procurador.





0800 799 3003 De segunda a sexta, das 9 às 21h, e aos sábados, das 10 às 16h. www.economizecomaqualicorp.com.br

Os melhores planos

pelo

menor preço.







Amil: ANS nº 326305 Golden Cross: ANS nº 403911







Qualicorp